



Waldecy Rodrigues (UFT)*

Keile Aparecida Beraldo (UFT/UFRGS)**

Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto (PGDR/
UFRGS)***

Luécia Pereira Silva (UFT)****

Luiz Norberto Lacerda Magalhães Filho (IFTO)*****

*Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) com mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Doutorado em Ciências Sociais - Estudos em Desenvolvimento Comparado - (UnB) e Pós-Doutorado em Economia (UnB). Atualmente é professor adjunto do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia (Bionorte) e Pró Reitor de Pesquisa e Pós Graduação da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Interfaces entre Economia e Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional e Urbano e Desenvolvimento Econômico Comparado.

Endereço: Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas - TO / Departamento de Economia. Av. NS 15, Alameda C No 14 Bloco II. Centro. CEP: 77020-210 - Palmas, TO.

E-mail: waldecy@uft.edu.br

** Graduada em Economia, Mestre em Ciências do Ambiente, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural PGDR/UFRGS, Professora de Economia e Administração Rural do Curso de Agronomia do Campus de Gurupi da Universidade Federal do Tocantins.

Endereço: Fundação Universidade Federal do Tocantins. Campus Universitário de Gurupi Rua Badejós 69/72. Centro. CEP: 77402970 - Gurupi, TO.

E-mail: keile@uft.edu.br

*** Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978), doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e pós-doutorado pela Université de Paris X, Nanterre (2002). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Consultor ad hoc da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, Consultor da Fundação de Amparo à

GESTÃO SOCIAL E CAPACIDADES INSTITUCIONAIS NO TERRITÓRIO RURAL BICO DO PAPAGAIO – TOCANTINS

Social Management and Institutional Capacities in
Rural Territory Bico do Papagaio – Tocantins
Gestión Social y las Capacidades Institucionales en el
Territorio Rural Bico do Papagaio – Tocantins

Pesquisa do Estado de Alagoas, colaborador sem vínculo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Revisor de periódico da Ensaios FEE, Revisor de periódico da Revista de Economia e Sociologia Rural e Membro de comitê assessor da Mercosul. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economias Agrária e dos Recursos Naturais. Atua, principalmente, nos seguintes temas: Economia, Política Econômica, Bovinocultura de corte, Produtividade, Tecnologia e Regionalização. Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS.

Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas. Av. João Pessoa, 31 - Sala 301 Centro. CEP: 90040-000, Porto Alegre - RGS

E-mail:mielitz@ufrgs.br.

**** Graduando em Engenharia Ambiental (UFT). Mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Recursos Hídricos, com ênfase em Economia Ambiental, atuando principalmente na Gestão de Recursos Hídricos, além de já ter desenvolvido pesquisas na área de Economia Ambiental, Logística e Desenvolvimento Regional. Professor do IFTO Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Dianópolis Tocantins. Consultor de projetos em Desenvolvimento Territorial e uso de água.

Endereço: Av. João Pessoa 31. PGDR / UFRGS. CEP: 90040-000 Porto Alegre – RS

E-mail: luizlnf@gmail.com

*****Engenheira Agrônoma formada pela Universidade de Rio Verde (1997), pós-graduada em Agronegócio, pela UFT (2011) e mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, pela UFT (2011). Doutorado em andamento em Biodiversidade e biotecnologia - Rede Bionorte (Conceito CAPES 4). Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil. Orientador: Waldecy Rodrigues.

Endereço: Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas - TO / Departamento de Economia. Av. NS 15, Alameda C No 14 Bloco II. Centro. CEP: 77020-210 - Palmas, TO.

E-mail: lueciapereira@uft.edu.br.

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar o desenvolvimento sustentável do território rural do Bico do Papagaio – Tocantins, a partir do Índice de Capacidade Institucional, utilizando a concepção de Amartya Sen. Para tanto, utilizou-se a metodologia inspirada nesse autor, com a aplicação de um conjunto de questionários. O Território compreende 25 (vinte e cinco) municípios, e foram aplicados um total de 30 (trinta) questionários em 20 (vinte) cidades diferentes. O Índice de Capacidade Institucional apresentado, numa escala 0 a 1, foi de 0,356, considerado como médio baixo, sendo que a gestão do colegiado recebeu maior pontuação entre os entrevistados, e os mecanismos de solução de conflitos, a menor. Assim, pode-se afirmar que a capacidade de mobilização institucional do território influencia no seu desenvolvimento. Os resultados nos levam a concluir que o desenvolvimento do Território Rural do Bico do Papagaio deve estar atrelado não só a políticas públicas, mas, também, a ações locais que precisam ser fortalecidas e estimuladas.

Palavras-chave

Território. Desenvolvimento Rural. Capacidade Institucional.

Abstract

This paper aims at analyzing the sustainable development of rural areas of Tocantins, Parrot's beak from the index of institutional capacity within the conception of Amartya Sen. To this end, we used the methodology, inspired by Amartya Sen, with the application of a set of questionnaires. The territory comprises 25 (twenty five) municipalities, have been applied to a total of 30 (thirty) questionnaires in 20 different cities. Institutional capacity index presented on a scale 0 to 1, was considered to be low average 0.356. Being collegiate management received the highest score among respondents, and

mechanisms of conflict resolution the smallest. Thus, we can affirm that the ability of institutional mobilization and country influences in his development. The results lead us to conclude that the development of the Rural Territory of the Parrot's beak, must be coupled not only to public policy, but also, the local actions that need to be strengthened and encouraged.

Keywords

Territories. Rural Development. Institutional Capacity.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar el desarrollo sostenible de las zonas rurales del Pico del Loro - Tocantins, en el Índice de Capacidad Institucional en el diseño de Amartya Sen. Para ello, la metodología, inspirada por Amartya Sen, con la aplicación de una serie de cuestionarios. El territorio comprende 25 (veinticinco) condados, un total de treinta (30) cuestionarios se administraron en veinte ciudades diferentes. Capacidad Institucional Índice que aparece en 0-1, fue 0,356, considerado medio bajo. Desde la gestión de la universidad recibió la puntuación más alta entre los encuestados, y los mecanismos para la resolución de conflictos en lo más mínimo. Por lo tanto, se puede afirmar que la capacidad de movilizar el territorio institucional, influyen en su desarrollo. Los resultados nos llevan a concluir que el desarrollo de Pico Territorio Rural de Parrot, debe estar vinculada no sólo a la política pública, sino también las acciones locales que necesitan ser fortalecidos y alentados.

Palabras clave

Planificación, Desarrollo Rural, Capacidad Institucional.

1. Introdução

Este artigo é parte do resultado do projeto de pesquisa Avaliação da Efetividade do Programa Desenvolvimento Sustentável de Território Rural do Bico do Papagaio – TO, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA/SDT – Gestão de Territórios Rurais, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional UFT – Universidade Federal do Tocantins, de 2010 a 2013.

Este texto, sem querer esgotar o tema, oferece algumas contribuições para a discussão sobre desenvolvimento rural. Tais contribuições se dão a partir de análise de regiões com altos índices de pobreza e miséria no campo e que buscam o enfrentamento desses problemas por meio das políticas de desenvolvimento territorial adotadas pelo governo brasileiro, a partir de 2003.

Segundo Schneider *et al.* (2010), ruralidade e desenvolvimento estão entre os principais temas que contribuíram para a renovação das pesquisas e investigações sobre os processos sociais rurais nos anos recentes. Em vários países da América Latina, assim como no Brasil, a partir de meados da década de 1990, assiste-se a uma renovação nas discussões e abordagens sobre a ruralidade e os processos de desenvolvimento. Com isso, tal tema volta a ganhar espaço nas agendas de pesquisa dos cientistas sociais e a atrair considerável atenção dos *policy makers*.

A natureza do enfoque territorial em diferentes abordagens pode implicar em possíveis vinculações com o desenvolvimento rural, já que território com seu conjunto de elementos tem sido um dos eixos centrais de política pública de desenvolvimento rural, desde o final dos anos 1990. Mas, no Brasil, essas análises ganharam uma nova roupagem, a partir de 2003, com a implementação de programas territoriais, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), em 2003, e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), em

2008, ambos de abrangência nacional.

Para Schneider *et al.* (2010), os territórios rurais imersos em processos sociais e econômicos vêm sendo apresentados com uma abordagem diferenciada nos estudos sobre desenvolvimento rural. Diante desse fato, este trabalho está inserido na concepção de desenvolvimento rural e busca acompanhar as ações implementadas, com este fim, no Território do Bico do Papagaio no estado do Tocantins.

A concepção sobre desenvolvimento rural assume conotações diferentes, conjugando os conceitos de participação, território e desenvolvimento, elementos que caracterizam uma nova perspectiva de desenvolvimento – o desenvolvimento territorial. Esse novo enfoque evidencia uma tentativa de romper com as políticas tradicionais de desenvolvimento rural, caracterizadas como centralizadas e setoriais (ROCHA, 2010).

A atual perspectiva sobre política de desenvolvimento rural, baseada na abordagem territorial, reflete, em grande parte, um cenário de críticas ao conjunto de políticas públicas de desenvolvimento até então adotadas, particularmente no meio rural, bem como um processo de revalorização da agricultura familiar e da sua importância socioeconômica na construção de uma nova proposta de desenvolvimento. Nesse contexto, se insere, também, um debate sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, em especial, nos espaços menos desenvolvidos (ROCHA, 2010).

De acordo com a SDT/MDA – Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a capacidade institucional medida pelo ICI – Índice de Capacidade Institucional refere-se às condições e recursos disponíveis às estruturas organizativas do Território – considerando seu arranjo político-institucional – e às organizações autônomas da sociedade civil e de representação estatal/social, para a gestão social das políticas públicas, bem como para a execução dos seus projetos. Especificamente, sobre as organizações de

gestão dos territórios rurais, a compreensão das Capacidades Institucionais deve considerar as principais áreas de desenvolvimento institucional, no marco da política de desenvolvimento rural sustentável.

Mas até que ponto a capacidade institucional do território pode interferir no seu desenvolvimento? Este trabalho parte da hipótese de que existe uma relação entre o desenvolvimento do território e a sua capacidade de mobilização institucional.

Um dos méritos da abordagem das capacitações é, justamente, a necessidade de tratar dessa questão de modo explícito e não escondê-la. Na realidade, as recentes transformações nas políticas públicas, com a introdução de uma série de mecanismos institucionais de participação, representaram uma mudança institucional significativa. Contudo, os impactos desses novos desenhos institucionais ainda não estão claros e são bastante diferenciados em cada região do país, o que justifica serem analisados nos seus contextos particulares, como é o caso do Território do Bico do Papagaio no Tocantins.

O apoio da SDT ao desenvolvimento dos territórios rurais está baseado na utilização de diferentes estratégias e instrumentos para atingir os seus objetivos, pautado na abordagem territorial enquanto referência conceitual. O desenvolvimento sustentável dos territórios é compreendido como “[...] um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental” (BRASIL, 2005, p. 12).

A participação social é, também, um aspecto básico do Programa, que tem como um de seus objetivos específicos promover e apoiar a “[...] gestão, a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais dos territórios rurais” (BRASIL, 2005, p. 7), focando, principalmente, nos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e nas populações rurais tradicionais.

Segundo documento do MDA

(BRASIL, 2005, p. 7), a estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais envolve um conjunto de ações cujo objetivo geral é “[...] promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural”. As institucionalidades são entendidas como espaços (novos ou já existentes) que possibilitam o diálogo entre o Estado e a sociedade civil.

Diante das questões apontadas, o objeto principal deste trabalho é analisar o desenvolvimento sustentável do Território do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, a partir do ICI (Índice de Capacidade Institucional).

O texto está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução, que realiza uma breve problematização e contextualização da área de estudo, bem como seu objetivo. Na segunda seção, faz-se uma breve apresentação sobre o referencial teórico referente à abordagem do desenvolvimento, do desenvolvimento rural e ao enfoque territorial do desenvolvimento. Na terceira, apresenta-se a metodologia e, por fim, na quarta seção, discutem-se os resultados do acompanhamento da gestão de territórios, obtidos a partir da aplicação de questionário, conforme metodologia da SDT/MDA.

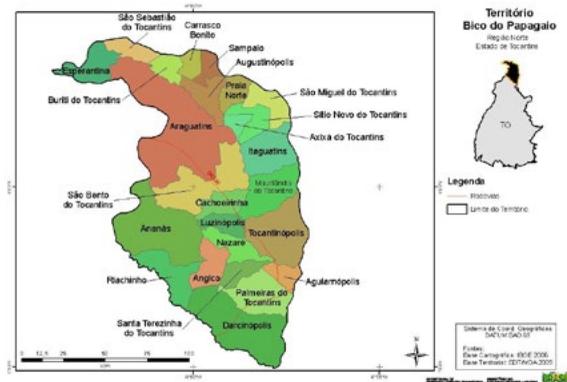
1.1 O território do Bico do Papagaio

O Bico do Papagaio é uma região localizada no extremo norte do Estado do Tocantins, entre os Estados do Pará e do Maranhão. Possui uma situação geográfica peculiar, pois está cercada por dois grandes rios, o Araguaia e o Tocantins, cujo formato da confluência, segundo a população local, inspirou o nome do lugar, conforme demonstra a Figura 1.

O Território da Cidadania Bico do Papagaio – Tocantins abrange uma área de 15.852,60 Km², sendo composto por 25 municípios. Está inserido no ecossistema de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, comumente chamado de Pré-Amazônia ou Zona de ocorrência

de Babaçuais, delimitado pelos rios Tocantins e Araguaia. É uma área de ocupação recente e sua população migrou, principalmente, do Maranhão e Piauí durante os anos 60 e 70. De acordo com os dados do MDA/SDT (2009), a população total do território é de 179.238 habitantes, dos quais 61.012 vivem na área rural, o que corresponde a 34,04% do total. Possui em torno de 7.406 agricultores familiares, 5.644 famílias assentadas e uma terra indígena. Seu IDH médio é 0,62, sendo considerado abaixo da média estadual que é de 0,756 e da nacional de 0,718. As principais fontes de renda são a pecuária bovina, produção leiteira e agricultura de subsistência, com destaque para a dependência da agricultura familiar, tendo sofrido forte influência exercida pelos movimentos sociais (RODRIGUES, 2010; ROCHA, 2011).

Figura 1 – Mapa de localização do Bico do Papagaio, em Tocantins



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2004); Brasil (2013).

2. Desenvolvimento rural e a abordagem das capacitações

Para Miranda e Tibúrcio (2013), no Brasil, o debate atual sobre o desenvolvimento rural e, recentemente, sobre desenvolvimento territorial fundamenta-se, entre outros aspectos, na observação da persistente interligação entre pobreza rural e desigualdade social e regional,

e enquadra-se na discussão mais ampla sobre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Elementos importantes sobre a situação atual da pobreza no Brasil, nos meios urbano e rural, foram produzidos pelo Censo Demográfico de 2010 e apresentados por Bonnal (2013) que identificou os principais determinantes da pobreza no meio rural brasileiro, sendo eles: (i) a falta de terra; (ii) insuficiência de capacidades humanas; (iii) ausência de outras formas de capital; (iv) acesso e participação limitados nos mercados; (v) privação de renda e de acesso aos serviços básicos; (vi) carência de infraestruturas; e (vi) escassez de trabalho.

Esses mesmos elementos nos remetem à obra de Amartya Sen (2000) quando este rompe com a noção clássica de desenvolvimento ao propor a Abordagem das Capacitações, que soma dimensões humanas aos indicadores econômicos. No entanto, Sen (2000) trata da temática “desenvolvimento” de forma mais ampla, não centrando no rural. Ele inicia o livro “Desenvolvimento como Liberdade” afirmando que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17).

O debate sobre o desenvolvimento nasce no âmbito das ciências econômicas. Até o final dos anos 1980, as perspectivas teóricas existentes consideravam que a medida do desenvolvimento de determinado país ou região resumia-se, exclusivamente, a indicadores econômicos, ou seja, eram os números do PIB e da renda per capita que determinavam se as nações configuravam-se, ou não, como desenvolvidas. Sen (2000) desconsidera a importância do crescimento econômico, dentro dessa nova perspectiva, já que, de acordo com o autor, precisa-se enxergar muito além desse parâmetro, como, por exemplo, valorizar o direito à participação nas decisões políticas.

Para o autor, a condição de desenvolvimento é alcançada quando a sociedade oferece capacitações (capital disponível), intitamentos (recursos) e funcionamento

(condições de acesso). Por isso, olhar para os problemas sociais e para o desenvolvimento, a partir de uma perspectiva diferente, se torna necessário. Sen (2000) atribui ao Estado papel fundamental no processo de desenvolvimento por ser este o principal regulador das ações dos indivíduos e principal gerenciador das oportunidades sociais vinculadas aos serviços públicos. Trata-se de uma nova visão do desenvolvimento, que extrapola o domínio da economia já que se integra a outras ciências ao vislumbrar as dimensões social, ambiental e institucional, apoiando-se em diferentes paradigmas.

Sen (2000) propõe, então, um modelo que possibilite aos indivíduos terem acesso ao tipo de vida que gostariam de ter. Ao relacionar bem-estar e desenvolvimento, o autor afirma que a liberdade de participação ou dissensão política ou as oportunidades de receber educação básica são ou não são “conducentes com o desenvolvimento”, e que o padrão ou a qualidade de vida não se mede pela posse de um conjunto de bens, nem pela qualidade a eles inerente, mas reside nas capacidades dos indivíduos de utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade.

Oliveira (2010) destaca que a Abordagem das Capacitações, desenvolvida por Amartya Sen, tem bastante afinidade com a metodologia estabelecida para a elaboração do IDH e, também, dos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD (publicado desde 1995). Por outro lado, a operacionalização dessa abordagem, tendo em vista a complexidade inerente de se trabalhar com múltiplas variáveis na composição de índices de desenvolvimento, pode ser considerada como em pleno desenvolvimento e com vasto campo potencial de aplicação nas mais diversas áreas. Apesar das críticas, neste trabalho, entende-se que a abordagem das capacitações, em conjunto com a abordagem territorial podem nos auxiliar a responder o objetivo aqui proposto.

2.1 Abordagem territorial do desenvolvimento rural

Favareto (2007) ressalta que os programas de pesquisa e as iniciativas públicas de desenvolvimento rural são, profundamente, marcados por uma lógica territorial. Os estudos sobre a performance diferenciada de áreas rurais mostraram, de forma clara, como as dinâmicas que respondem por sua direção obedecem a fatores desta ordem. Segundo o autor, para os estudos dos fenômenos relativos ao desenvolvimento rural, torna-se imprescindível uma abordagem territorial.

Porém, o projeto de transformação do rural brasileiro depende, ainda, da construção de uma articulação política entre os setores comprometidos com estratégias territoriais de produção e de desenvolvimento. Desse modo, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe, ao mesmo tempo, a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes, portanto, com objetivos instrumentais e práticos. Para Perico (2009), a aplicação de estratégias referentes ao enfoque territorial para o desenvolvimento rural vem resultando na geração de políticas públicas que trazem transformações significativas ao fatigado modelo de desenvolvimento rural que mostrou suas grandes limitações para enfrentar e solucionar as condições de desigualdade, deterioração ambiental e a baixa governabilidade no meio rural latino-americano.

De acordo com Schneider e Tartaruga (2005), para se utilizar o território na perspectiva do desenvolvimento, é necessário estabelecer a diferença entre o seu significado conceitual ou analítico e o seu significado instrumental ou prático. No primeiro, é necessário que se estabeleçam referências teóricas e epistemológicas e posterior experimentação empírica e reconstrução da sua forma abstrata e analítica. No segundo, não é preciso estabelecer as mesmas prerrogativas, podendo-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial, quando se refere aos processos ou contextos

de um determinado espaço demarcado por diferentes atributos.

Muitos autores destacam que a participação social é considerada fundamental para o sucesso da política pública territorial, não apenas no sentido de democratizar a gestão das políticas públicas e aproximá-las do público alvo, mas, também, no sentido de fortalecer a capacidade de auto-organização dos atores, do seu empoderamento no exercício pleno da cidadania e dos seus direitos, na medida em que estes participam, de maneira decisiva, na definição dos rumos do desenvolvimento nos territórios em que vivem (TEIXEIRA ROCHA; FILIPPI, 2008).

Entende-se por políticas públicas as ações que determinam o padrão de proteção social, promovidas pelo Estado e voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas públicas repercutem tanto na economia como nas sociedades, o que atesta Perico (2009) ao acompanhar o universo rural, quando observa que mudanças vêm ocorrendo na economia dos territórios. Segundo o autor, a integração dos espaços, na maior parte dos territórios, tem resultado num processo de modificação da economia rural, de forma que mais da metade da renda das populações rurais depende de atividades não agropecuárias, muitas vezes, resultado de políticas públicas implementadas nesses territórios, por meio de projetos que buscam o desenvolvimento territorial.

De acordo com Perico (2009), a concepção de território rural, adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, ainda está em construção. Porém, a adoção do desenvolvimento territorial como estratégia de execução do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, como componente fundamental da Agenda Social do Governo Federal, acarretou em uma grande visibilidade do Programa, bem como acelerou o processo de articulação de políticas públicas e o

fortalecimento institucional e desenvolvimento do capital social.

Delgado e Leite (2011) consideram muito recente a experiência brasileira de implementação de políticas de desenvolvimento territorial no meio rural; portanto, examinar os arranjos institucionais (as novas institucionalidades¹) construídos para viabilizar o desempenho de ações públicas dessa natureza pode, ainda, nos conduzir a uma reflexão não muito rica sobre o assunto. Mas, quando se trata de território e instituições, deve-se buscar uma explicação institucional para o desenvolvimento.

A abordagem territorial, também, requer a análise das instituições em torno das quais a interação social é organizada. Dentro dessa concepção, se entende que a abordagem territorial do desenvolvimento incentiva o estudo dos mecanismos de governança pública subjacente à composição e ao desempenho de desenvolvimento em torno da seguinte questão: eles são capazes de oferecer oportunidades, inovação organizacional e incentivar o empreendedorismo nos setores privado e público em suas regiões (ABRAMOVAY, 2006).

Segundo Favareto (2010), para as instituições, é importante, e muito, tratar de políticas públicas territoriais de desenvolvimento rural. O problema que envolve mudança institucional repousa, especialmente, nas instituições informais e nos conflitos entre instituições e organizações. Favareto (2010) ressalta que existem dificuldades dos Estados e governos locais em operarem com a nova visão de desenvolvimento rural, surgida da evolução, nas últimas três décadas, de estudos e orientações de políticas, já que o desenvolvimento territorial adota o mesmo enfoque do regional, realizando investimentos em áreas mais vulneráveis (ou menos desenvolvidas), sem que a escala geográfica seja a região. As desigualdades nas próprias regiões são visíveis, e aquelas em melhores condições, têm aproveitado mais das políticas regionais. Assim, as políticas públicas de desenvolvimento (em todas as suas dimensões)

são focalizadas em territórios definidos de acordo com características comuns, propostas pelo MDA (BRASIL, 2005).

3. Metodologia

Durante a execução do projeto (2010 a 2013), foram coletados dados por meio da aplicação de questionários desenvolvidos de acordo com a metodologia proposta pela SDT/MDA. Esse questionário faz parte de um conjunto de três questionários (Capacidades Institucionais, Acompanhamento da Gestão dos Colegiados Territoriais e Avaliação de Projetos de Investimento) que formam os Indicadores das Capacidades Institucionais. Neste caso, foi aplicado somente 01 (um) questionário por cidade, respondido por uma pessoa que tivesse conhecimento do conteúdo abordado. No caso do Território Rural do Bico do Papagaio, foi aplicado um total de 30 (trinta) questionários em vinte cidades diferentes. Dado que o Território em questão compreende 25 (vinte e cinco) municípios, em 05 (cinco) deles a aplicação não foi realizada.

As áreas identificadas para o cálculo do Índice de Capacidades Institucionais foram: Gestão dos Conselhos, Capacidade das Organizações, Serviços Institucionais Disponíveis, Instrumentos de Gestão Municipal, Mecanismos de Solução de Conflitos, Infraestrutura Institucional e, por fim, Iniciativas Comunitárias e Participação. Cada uma dessas áreas permite conhecer as capacidades das organizações nos territórios, bem como estabelecer diferenças entre eles.

- **Gestão dos Conselhos** – refere-se à gestão dos conselhos territoriais e atuação na análise dos projetos. Analisa os componentes sociais e ambientais dos projetos, a atuação em busca por fontes de financiamento e a promoção da integração dos projetos.
- **Capacidade das Organizações** – enfatiza a capacidade de gestão das organizações presentes e atuantes no território, tais como: cooperativas, grupos de mulheres, cadeias produtivas, acordos de comercialização, prestadores de serviços tecnológicos, organizações comunitárias, entre outras.
- **Serviços Institucionais disponíveis** – relacionam-se aos serviços prestados pelas organizações nos territórios, tais como: assistências técnicas, apoio tecnológico, informações sobre preços etc.
- **Instrumentos de Gestão Municipal** – referem-se aos instrumentos disponíveis nos municípios para o desenvolvimento de sua gestão, tais como: ordenamento de uso do solo, uso de produtos perigosos, manejo de dejetos, normas sobre impactos ambientais, mapeamento de zonas de risco, planos de gestão, projetos e estratégias de coordenação com instituições federais e estaduais.
- **Mecanismos de Solução de Conflitos** – dizem respeito aos mecanismos e instâncias utilizadas nos municípios dos territórios para solução dos conflitos, bem como fazem referência aos movimentos e expressões sociais presentes nos territórios, tais como: autoridades locais, comitês comunitários, organizações fora do município e mobilizações de grupos locais.
- **Infraestrutura Institucional** – refere-se à existência de infraestrutura pública para o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, culturais e políticas, nos territórios.
- **Iniciativas Comunitárias** – correspondem à expressão política territorial, refletindo os diferentes tipos de iniciativas das organizações sociais frente aos diferentes temas de importância para o desenvolvimento territorial, assim como a capacidade da população em estabelecer alianças para defender seus interesses, em especial, projetos e alianças para o desenvolvimento social, produtivo, cultural, ambiental, turístico, ente outros.

- **Participação** – diz respeito tanto ao grau de participação das organizações municipais, no território, quanto ao de participação dos beneficiários de projetos locais, sua demanda, elaboração e gestão.

Cada indicador de Capacidades Institucionais varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que o valor 1(um) indica maior capacidade e 0 (zero), menor capacidade das instituições do território. O cálculo das Capacidades Institucionais é aferido a partir da média aritmética simples dos itens que compõem cada área de desenvolvimento institucional e padronizados, de 0 a 1, dividindo o somatório das medias de cada item pelo número total de itens. A partir dos dados que alimentam o sistema da SGE, são gerados a tabela e o gráfico com os valores que indicam maior ou menor capacidade institucional.

4. Resultados e discussão

4.1. Indicadores das capacidades institucionais

4.1.1 Acompanhamento da gestão dos colegiados territoriais

A partir dos resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários, buscou-se demonstrar como a participação dos membros na gestão do Colegiado Rural do Território Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, poderia influenciar no desenvolvimento daquela região. Procura-se mostrar, ainda, que gestão social implica no compartilhamento de ações e decisões entre o Estado e a sociedade civil, entendidos ambos como elementos que constituem um mesmo processo. A gestão social nos territórios ocorre através da criação e da consolidação de espaços institucionais capazes de viabilizar o diálogo e a negociação entre diferentes atores na construção de uma proposta de desenvolvimento.

Para Teixeira, Rocha e Filippi (2008), a política de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA

parte do princípio de que criará as condições necessárias para que as políticas finalísticas do MDA e de outros ministérios contribuam com o desenvolvimento rural sustentável, tenham maior eficácia. Em seus documentos referenciais afirma que desenvolve uma ação inovadora, em que os sujeitos sociais são partes integrantes do processo de elaboração, gestão e de decisão das políticas.

Ainda para Teixeira, Rocha e Filippi (2008), a SDT assumiu como missão apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e a integração de políticas públicas. Nesse sentido, o seu desafio é o de identificar e constituir institucionalmente os territórios a partir da composição de identidades regionais como elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Rocha (2010), o Colegiado Territorial é considerado um dos espaços institucionais fundamentais em um território. A Plenária, sua instância máxima, tem um papel deliberativo e consultivo, tendo como atribuições a definição, a orientação, a negociação e o acordo entre as partes envolvidas na implementação de iniciativas e políticas públicas para o desenvolvimento rural do território.

Após essas considerações, são apresentados os resultados do ICI que busca medir a capacidade institucional do Território do Bico do Papagaio via representação do Colegiado Territorial. Esses resultados permitem conjecturar sobre as razões, dentre as quais a participação dos representantes, o que nos ajuda a entender melhor o desenvolvimento rural do território a partir da proposta de Amartya Sen (2000), com relação ao estudo do desenvolvimento rural no Brasil.

4.1.2 Capacidades institucionais

Para melhor visualização, os indicadores de capacidade institucional gerados pelo sistema da SGE são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores de capacidade institucional do Bico do Papagaio

Indicadores de Capacidades Institucionais	0.356	Médio Baixo
1. Gestão dos Colegiados	0.572	Médio
2. Capacidades Organizacionais	0.484	Médio
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0.264	Médio Baixo
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0.283	Médio Baixo
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0.233	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0.385	Médio Baixo
7. Iniciativas Comunitárias	0.508	Médio
8. Participação	0.399	Médio Baixo

Legenda:
 0,00 - 0,20 = Baixo
 0,20 - 0,40 = Médio Baixo
 0,40 - 0,60 = Médio
 0,60 - 0,80 = Médio Alto
 0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: MDA/SDT SGE/CAI Território do Bico do Papagaio – Tocantins (BRASIL, 2013).

Os Índices de Capacidade Institucional apresentados foram de 0,356, em uma escala de 0 a 1, e estão entre Médio a Médio Baixo, sendo que a gestão do colegiado foi a que recebeu maior pontuação entre os entrevistados, e os mecanismos de solução de conflitos, a menor.

Com relação à Gestão dos Conselhos, os resultados demonstram como os municípios em que ocorreu a pesquisa estão organizados para atender as demandas da sociedade. Na pergunta, “Quais Conselhos e/ou Consórcios Públicos estão atuando no Município”, segundo os entrevistados, em cada município, há pelo menos um tipo de conselho atuando, com destaque para os conselhos de saúde que existem em todas as localidades pesquisadas. Os conselhos de segurança alimentar e da criança e adolescentes só não estão presentes em uma das cidades. Todos os outros conselhos têm participação significativa na região, sendo que todos estão em mais da metade dos municípios em que ocorreram as entrevistas.

Quando se trata de avaliar a Capacidade das Organizações, quanto ao nível de controle realizado pelos Conselhos Municipais na aplicação dos investimentos públicos, os resultados demonstram que seus respectivos

graus de controle sobre os investimentos públicos estão aquém do esperado pelos entrevistados. Se, por um lado, muito deles estão presentes na realidade das populações desses municípios, suas decisões, muitas vezes, por outro lado, não são consideradas pelos gestores nos momentos de tomada de decisão dos destinos dos recursos públicos. Em uma escala de um a cinco, em que um (1) significa que não há controle por parte dos conselhos, e cinco que há muito controle, a maioria das respostas ficou entre dois e três.

Quanto aos Serviços Institucionais Disponíveis, a resposta está relacionada à pergunta “Quais segmentos sociais realizam ações de apoio às áreas rurais do município”. Nesse item, os entrevistados destacaram as associações de assentados de reforma agrária, grupos religiosos, sindicatos, associações de agricultores familiares e grupos de mulheres. Se, por um lado, a existência de grupos históricos de defesa e apoio à reforma agrária e dos pequenos produtores rurais é bastante presente em todos os municípios dos entrevistados, por outro, as presenças das populações tradicionais (indígenas e quilombolas) são pontuais no território, e, por isso, foram citadas por apenas um pequeno grupo de entrevistados.

No item Instrumentos de Gestão Municipal, quanto aos investimentos municipais de estímulo ao desenvolvimento, estes são orientados por cadeias produtivas. Segundo a maior parte dos entrevistados (63%), os investimentos municipais são orientados para o fortalecimento de cadeias produtivas locais. Por enquanto, de modo geral, os resultados foram insatisfatórios.

Quanto à pergunta “Se existem acordos de venda da produção entre os produtores do município e organizações para comercialização”, pouco mais da metade dos entrevistados (53%) afirmou que em seus municípios há acordos de comercialização da produção entre os produtores e as organizações que comercializam, o que demonstra um fortalecimento das etapas das cadeias produtivas locais.

No que se refere à Infraestrutura Institucional, na questão sobre a quantidade de instituições de prestação de serviços tecnológicos (para apoio e melhoria das atividades produtivas) que existe no município, em quase todos os municípios pesquisados, a quantidade não passa de três, e em apenas um dos municípios a resposta ficou entre quatro e seis instituições dessa natureza.

Já a disponibilização de informações comerciais e de mercado aos produtores locais, segundo os entrevistados, é incipiente para boa parte dos municípios. Quando há, é fornecida por órgãos públicos municipais e/ou por órgãos de assistência técnica. Alguns entrevistados (sete) afirmam não existir tipo algum de serviço de informação, enquanto que a Internet fora observada por apenas um entrevistado como meio de busca de informações relativas ao comércio e a mercados.

Na questão “Quais os meios de divulgação das informações comerciais e de mercado no município”, os entrevistados consideraram tais formas ainda precárias, sendo o carro de som, de longe, a mais utilizada.

Quanto ao questionamento se a prefeitura possui cadastro de imóveis rurais, um

dado preocupante observado na pesquisa é que, para 73% dos entrevistados, as prefeituras de seus municípios não têm cadastro de imóveis rurais. Fato este que pode dificultar ações do município no que tange ao desenvolvimento de seus setores agrários e à resolução de conflitos agrários por parte dos atores locais.

A questão ambiental foi abordada ao se perguntar se, nos últimos dois anos, as normas de acordo com a legislação ambiental foram expedidas pela prefeitura com o propósito de garantir a conservação dos recursos naturais do município. As respostas demonstram que conservação dos recursos naturais parece, ainda, ser uma realidade distante para a totalidade da região. No geral, exemplos de ações foram lembrados por, no máximo, oito entrevistados. Somente as “instruções para o monitoramento e avaliação do patrimônio ambiental” ultrapassaram essa marca. E esta, por si só, não garante a plena conservação dos recursos naturais dos municípios.

Ao se perguntar se existem mapas das áreas degradadas e de risco de degradação no município, as respostas trazem uma informação preocupante, pois, para 70% dos entrevistados, não existem tais mapas, o que dificulta a ação do poder público na contenção de empobrecimento do solo e de desertificação no território, mesmo em uma área caracterizada por terras relativamente férteis em relação às regiões próximas, como visto anteriormente.

A questão sobre quais os mecanismos de negociação e resolução de conflitos são adotados pela sociedade civil, no município, ressalta-se a importância atribuída aos conselhos comunitários, por parte dos entrevistados. Segundo estes, os conselhos é o caminho mais utilizado pela sociedade local para a resolução de seus conflitos; em seguida, aparecem as autoridades municipais e, mais atrás, o poder judiciário.

Quando se trata da quantidade de protestos ou manifestações sociais ocorridas durante o último ano, por mais que a região tenha

tido, na segunda metade do século passado, um histórico de conflitos sociais, principalmente ligados ao setor agrário (ROCHA, 2011), segundo a percepção dos entrevistados, foram poucas as manifestações e protestos sociais recentes. A maioria dos entrevistados chegou a afirmar que não presenciou sequer um protesto ao longo do último ano.

As Iniciativas Comunitárias foram abordadas quando pedimos para indicar as estruturas existentes para as atividades culturais no município; os espaços disponibilizados para essas atividades são exceções no território. Destaque, apenas, para salões de festas, que se trata de público e atividades bastante específicos, e, na opção outros, foram citados campos de futebol, praias e balneários; sendo que os dois últimos são aproveitados, geralmente, pela população, somente em período de veraneio.

No que diz respeito à pergunta se o município possui Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou similar, grande maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente (93%), enquanto que 7% negaram a existência de órgãos municipais responsáveis pelo desenvolvimento territorial. Quando questionados se a Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou similar, possui quadro de técnicos permanente, a resposta foi afirmativa, porém, ainda falta uma assessoria técnica fixa para atender às necessidades dos produtores locais (80% dos entrevistados).

Quanto à questão referente às funções desempenhadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou similar, em seus municípios, foram destacadas “o trabalho conjunto de instituições federais e estaduais com esses órgãos”, “formulação de projetos”, seguidas pela “elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial”. Já a “assistência técnica a produtores” foi lembrada por seis dos entrevistados.

O próximo item se relaciona à Participação, com a pergunta: Quais tipos de projetos de iniciativa comunitária ou de produtores são desenvolvidos no município, sem apoio dos governos? Dentre as iniciativas

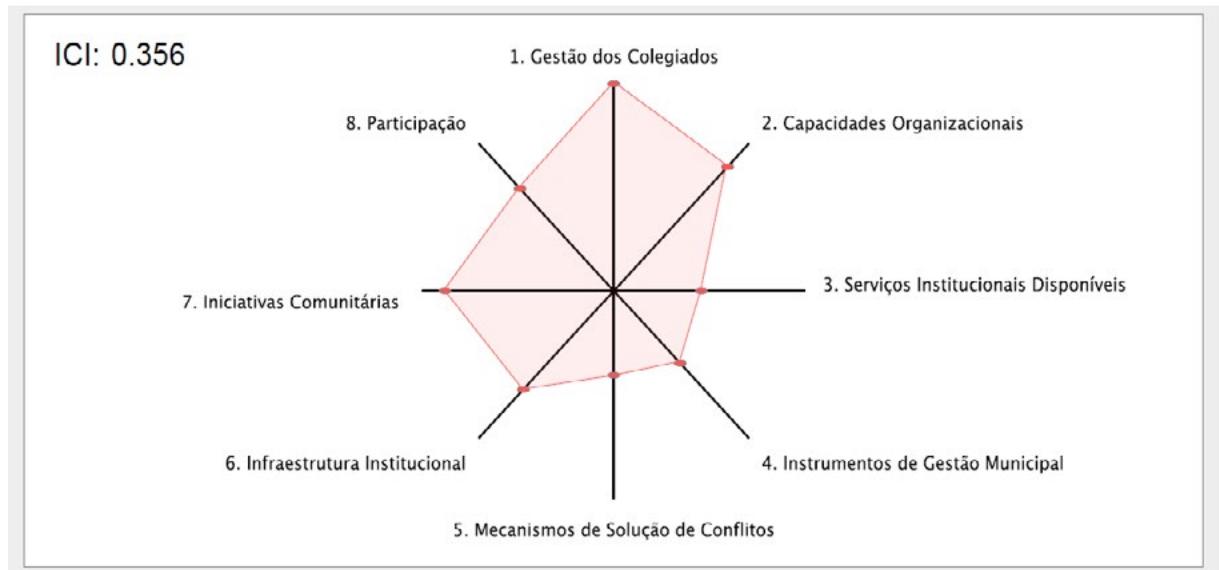
próprias das populações locais, destacam-se, segundo os entrevistados, as “iniciativas em projetos produtivos”, as “iniciativas em projetos ambientais” e os “projetos sociais”. De certa forma, a metade dos entrevistados respondeu já ter presenciado algum projeto exclusivo da comunidade e/ou dos produtores, vinculado aos eixos social, ambiental e econômico. Havendo parceria entre organizações de produtores e prefeitura municipal, foi questionado com qual finalidade esta ocorre. Quando há parceria entre organizações de produtores e os órgãos públicos municipais, esta é bem distribuída entre as demandas básicas da população. Segundo os entrevistados, destacam-se nessas parcerias projetos produtivos, de infraestrutura e de proteção ambiental.

Quanto à pergunta se, no município, há Secretaria Municipal de Planejamento, os entrevistados afirmaram que, apesar de os órgãos municipais de desenvolvimento agrário estarem presentes em quase todos os municípios, as Secretarias Municipais de Planejamento ainda são pontuais, segundo 17% das respostas dos 30 entrevistados. Tão importantes quanto àqueles, os órgãos de planejamento são ainda mais necessários quando se trata de melhorar os baixos índices de desenvolvimento e qualidade de vida da população, como é o caso do Território do Bico do Papagaio, no Tocantins.

A partir das respostas dos entrevistados, gerou-se um gráfico radar identificando o valor do ICV para o território investigado, conforme apresentado na Figura 1.

Os resultados demonstraram que, no Território Rural do Bico do Papagaio, apesar da atuação de diferentes movimentos sociais, de organizações sindicais e demais instituições representativas, e de seus posicionamentos na discussão de suas demandas, as instituições de nível local têm, ainda, dificuldades na resolução dos problemas das comunidades e dos produtores, o que provoca, na maioria das vezes, a necessidade da atuação de órgãos estaduais e federais em espaços que poderiam ser resolvidos

Figura 1 – Biograma representativo do índice de capacidade institucional (ICI)



Fonte: SGE/CAI Território do Bico do Papagaio – Tocantins (BRASIL, 2013).

pelos atores locais.

De acordo com os resultados da pesquisa, é interessante pontuar que a Capacidade Institucional do Território de Bico do Papagaio apresentou deficiências quanto aos mecanismos de solução de conflitos e aos serviços institucionais disponíveis, tais como assistências técnicas, apoio tecnológico e informações sobre preços. Tais carências acabam interferindo na produção agrícola da região, sendo a agricultura a principal fonte de renda da maioria das famílias que reside no território. Assim, pode-se afirmar que a capacidade de mobilização institucional do território pode influenciar nos mecanismos de acesso ao desenvolvimento, já que a ideia desse tipo de capacidade, de acordo com Sen (2000), está ligada à liberdade e ao acesso aos recursos que podem contribuir com a melhoria das condições de vida.

5. Considerações finais

Os resultados parciais deste trabalho são uma pequena amostra, mas nos ajudam a perceber que a capacidade institucional influencia na gestão e pode ser tomada como um dos elementos centrais na estratégia de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial. Observa-se, porém, que os desafios relacionados ao processo de descentralização das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável ainda são grandes e complexos, principalmente devido à necessidade de se atender às especificidades e às diferenças culturais dos vários grupos e povos existentes no país.

A abordagem das capacitações do desenvolvimento, proposta por Amartya Sen, e do desenvolvimento territorial nos permitiu atingir o objetivo principal elaborado no início deste trabalho, ou seja, a capacidade institucional interfere no desenvolvimento do território, principalmente quando há parceria entre

organizações de produtores e os órgãos públicos municipais, o que permite uma distribuição razoável entre as demandas básicas da população, comprovando a hipótese inicial.

Para Sen (2000), a liberdade e o desenvolvimento dependem de vários fatores determinantes, relacionados com as disposições sociais e econômicas e os direitos civis. Diante disso, os resultados nos levaram a concluir que o desenvolvimento do Território Rural do Bico do Papagaio deve estar atrelado não só a políticas públicas, mas, também, a ações locais, principalmente as que dizem respeito à produção agrícola familiar. Esta precisa ser fortalecida, dando sentido à construção de um “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”. Assim, entende-se, a partir dos resultados, que o desenvolvimento rural é algo que deve ser buscado por meio de ações e de união entre as políticas públicas de diferentes órgãos, sejam estes federais, estaduais ou regionais.

Referências

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria de los estúdios territoriales. In: MANZANAL, Mabel; NIEMAN, Guillermo (Org.). **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. 1 ed. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad, 2006.

BONNAL, P. **Referências e considerações para o estudo e a atuação dos programas de desenvolvimento territorial (PRONAT e PTC) na perspectiva da redução da pobreza em territórios rurais**. Brasília: IICA, 2013 (Série desenvolvimento rural sustentável, v.19).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005.

_____. SDT/MDA SGE/CAI. **Resultado da Gestão do Território Rural do Bico do Papagaio, 2013**.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Revista Dados**, v. 54, n. 1, p. 471-473, 2011.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, v. 28, n. 68, p. 299-319, 2010.

IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2002/IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004 393 p. Disponível em <www.ibge.gov.br > Acesso em: 5 out. 2011.

MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013 (Série desenvolvimento rural sustentável, v.19).

OLIVEIRA, A. A. **Critérios de avaliação de qualidade e a consolidação de assentamentos de reforma agrária no Brasil: a experiência do “Programa de Consolidação e Emancipação (autossuficiência) de assentamentos resultantes de reforma agrária – PAC”**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

ROCHA, A. G. P. **Políticas públicas e participação: os atores sociais na política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia**. 2010. Tese

(Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RODRIGUES, W. **Avaliação da efetividade do Programa Desenvolvimento Sustentável de Território Rural do Bico do Papagaio** – TO. Palmas: PDR/UFT, SDT/MDA/CNPq, 2010 (Projeto de Pesquisa).

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. In: **JORNADAS DE INTERCAMBIO Y DISCUSIÓN: El Desarrollo Rural en su Perspectiva Institucional y Territorial**, 2005, Flacso, Argentina. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires/Conicet, 2005.

_____. WAQUIL, P.; FILIPPI, E; RUCKERT, A; RAMBO, A; ADOMSKY, G; CONTERATO, M; SPECHT S. **Análise multidimensional e escalar do desenvolvimento territorial no Brasil**. Projeto de pesquisa realizado sob demanda da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), financiado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

TEIXEIRA ROCHA, M. R.; FILIPPI, E. E. Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE DESARROLLO RURAL: Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI, 6., 2007, Bogotá. **Anales...** Bogotá (Colômbia), 2008. Disponível em: www6.ufrgs.br/pgdr. Acesso em: 24 mar. 2012.

_____. **A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO): dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista**. 2011. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Notas

1 Por novas institucionalidades, estamos entendendo o conjunto de instituições (regras de funcionamento, normas existentes – explícitas e implícitas – e organizações colegiadas) criadas pelos programas federais para conduzir a gestão social, a governança e a escolha dos projetos estratégicos da política territorial, com a participação de representantes do Estado e da sociedade civil (DELGADO;LEITE, 2011 p. 444).